SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Introdução **1**
1. O Estado e a Necessidade de Obtenção de Receita 1
2. Receitas Públicas 2
3. Poder de Tributar 3
4. Direito Tributário 3

CAPÍTULO 2 – Tributo **5**
1. Conceito 5
2. Espécies 10
   2.1. Imposto 13
   2.2. Taxa 19
   2.3. Contribuição de Melhoria 24
   2.4. Empréstimo Compulsório 27
      2.4.1. Conceito e natureza jurídica 29
      2.4.2. Regramento constitucional 30
      2.4.3. Prazo 33
      2.4.4. Regime de anterioridade 33
      2.4.5. Restituição 35
      2.4.6. Fato gerador 37
   2.5. Contribuições Especiais 37
      2.5.1. Contribuições sociais financiadoras da seguridade social 38
      2.5.2. Contribuições sociais gerais 39
      2.5.3. Contribuições de intervenção no domínio econômico 39
      2.5.4. Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas 40
      2.5.5. Contribuição de iluminação pública 41

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 3 – Sistema Tributário Constitucional 43
1. Apresentação 43
2. Discriminação Constitucional de Rendas..... 45
2.1. Competência Tributária..... 46
2.1.1. Capacidade tributária ativa. Delegação 47
2.2. Repartição de Receitas Tributárias 49
3. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar 50
3.1. Apresentação 50
3.2. Conceito 51
3.3. Princípio da Legalidade 52
3.3.1. Exceções ao princípio da legalidade tributária 57
3.3.2. Medida Provisória 60
3.4. Princípio da Isonomia ou Igualdade 60
3.4.1. Princípio da uniformidade geográfica de tributo federal..... 63
3.4.2. Princípio da uniformidade da tributação da renda das obrigações da dívida pública dos entes da federação e dos agentes públicos 64
3.4.3. Princípio da uniformidade de tributos estaduais e municipais sobre bens e serviços, independentemente de sua procedência ou destino 64
3.5. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária..... 64
3.6. Princípio da Anterioridade da Lei Tributária..... 67
3.6.1. Espécies de anterioridade 70
3.6.2. Exceções 76
3.6.3. Esboço..... 77
3.6.4. Medida Provisória e Anterioridade..... 79
3.7. Princípio da Vedação de Confisco 85
3.8. Princípio da Liberdade de Tráfego 87
3.9. Princípio da Capacidade Contributiva..... 88
3.10. Princípio da Vedação de Isenção Heterônoma..... 93
3.11. Imunidades Tributárias Genéricas 95
3.11.1. Imunidade recíproca 97
3.11.1.1. Extensão da imunidade recíproca a outras entidades..... 98
3.11.1.2. Exceções à cláusula da imunidade recíproca 100
3.11.2. Imunidade dos templos..... 102

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.11.3. Imunidade de partidos políticos (e fundações), entidades sindicais de trabalhadores e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos 104
3.11.3.1. Partidos políticos 104
3.11.3.2. Entidades sindicais de trabalhadores 105
3.11.3.3. Instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos 107
3.11.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão 113
3.12. Imunidades específicas 117
3.12.1. Quanto ao IPI 117
3.12.2. Quanto ao ITR 117
3.12.3. Quanto ao IR 119
3.12.4. Quanto ao ICMS 120
3.12.5. Quanto ao ITBI 123
3.12.6. Quanto às Taxas 125
3.12.7. Quanto às Contribuições para a Seguridade Social 126
3.12.8. Quanto às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico 129
3.12.9. Imunidade de repartições consulares e diplomáticas 129
4. A Lei Complementar Tributária 131
4.1. Lei Complementar. Conceito e posição hierárquica 131
4.2. Lei Complementar no Sistema Tributário Nacional 134

CAPÍTULO 4 – Normas Gerais De Direito Tributário 141
1. Legislação Tributária 141
1.1. Conceito 141
1.2. Lei 141
1.3. Tratados e Convenções Internacionais 142
1.4. Decretos 145
1.5. Normas Complementares 145
1.6. Vigência da Legislação Tributária 146
1.7. Aplicação da Legislação Tributária 147
1.8. Interpretação e Integração da Legislação Tributaria 152
1.8.1. Interpretação. Conceito, classificação e métodos 152
1.8.2. Diretrizes sobre a interpretação da legislação tributária constantes do CTN 155

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.8.3. Integração no Direito Tributário. Formas. Correção 157
2. Obrigação Tributária 160
2.1. Obrigação Tributária Principal. Conceito 160
2.2. Obrigação Tributária Acessória. Conceito. Efeito do descumprimento 162
2.3. Fato Gerador. Conceito 163
2.3.1. Aspectos do fato gerador da obrigação principal 164
2.3.1.1. Aspecto material 164
2.3.1.2. Aspecto temporal 165
2.3.1.3. Aspecto espacial 168
2.3.1.4. Aspecto quantitativo 168
2.3.1.4.1. Base de cálculo 169
2.3.1.4.2. Alíquota 169
2.3.1.5. Aspecto pessoal 171
2.3.2. Evasão, elisão e sonegação 172
2.3.2.1. A Elisão e seu combate pelo Fisco 173
2.3.2.2. A disposição *antielisiva* do CTN 177
2.4. Sujeito Ativo da Obrigação Tributária 179
2.5. Sujeito Passivo da Obrigação Tributária 183
2.5.1. Obrigação principal. Contribuinte e responsável 183
2.5.2. Sujeito passivo da obrigação acessória 185
2.5.3. Convenções particulares 185
2.5.4. Solidariedade passiva 186
2.5.4.1. Benefício de ordem 186
2.5.4.2. Efeitos da solidariedade. Coisa julgada 187
2.5.5. Capacidade tributária passiva 190
2.5.6. Domicílio tributário 190
2.5.7. Responsabilidade tributária 191
2.5.7.1. Substituição tributária para trás e para frente. Exemplos 193
2.5.7.2. Responsabilidade dos sucessores 196
2.5.7.2.1. Responsabilidade dos sucessores por multas 199
2.5.7.3. Responsabilidade de terceiros por culpa 200
2.5.7.4. Responsabilidade de terceiros por dolo 202
2.5.7.4.1. Responsabilidade de administrador de sociedade limitada 202

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.5.7.4.2. Responsabilidade de terceiros por multas. Multas moratórias e punitivas 205
2.5.7.5. Responsabilidade por infrações 206
2.5.7.5.1. Denúncia espontânea 207
2.5.7.5.1.1. Denúncia espontânea, lançamento por homologação e débito declarado pelo sujeito passivo 208
2.5.7.5.1.2. Denúncia espontânea e parcelamento 210
2.5.7.5.1.3. Denúncia espontânea e obrigações acessórias 210
3. Crédito Tributário 211
3.1. Lançamento 212
3.1.1. Eficácia do lançamento 213
3.1.2. Revisão do lançamento 215
3.1.3. Fases do lançamento 216
3.1.4. Competência para realizar o lançamento 217
3.1.5. Modalidades de lançamento 218
3.1.5.1. Lançamento por declaração 218
3.1.5.1.1. Retificação da declaração 219
3.1.5.1.2. Ausência de declaração 220
3.1.5.2. Lançamento por homologação 220
3.1.5.2.1. Lançamento por homologação e imposição de declaração ("lançamento misto") 221
3.1.5.2.2. Homologação expressa e homologação tácita 222
3.1.5.2.3. Prazo. Ausência de pagamento. Dolo, fraude ou simulação 223
3.1.5.2.4. Alteração do prazo via lei ordinária 224
3.1.5.3. Lançamento direto (de ofício) 225
3.1.5.4. Arbitramento 226
3.2. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Efeitos 226
3.2.1 Moratória 228
3.2.2. Depósito do montante integral 230
3.2.3. Reclamações e recursos administrativos 237

W BDJur http://bdjur.stj.gov.br

3.2.4. Liminar em mandado de segurança 239
3.2.4.1. Liminar, lançamento e decadência 241
3.2.4.2. Caducidade da liminar. Efeitos 242
3.2.4.3. Suspensão da execução da liminar 245
3.2.5. Liminar e antecipação de tutela em outra ações judiciais 247
3.2.6. Parcelamento 249
3.2.6.1. Parcelamento e recuperação judicial 250
3.3. Extinção do crédito tributário. Natureza do rol do art. 156 do CTN 252
3.3.1. Pagamento 253
3.3.1.1. Pagamento indevido e repetição 258
3.3.1.1.1. Legitimidade para repetir o indébito tributário 259
3.3.1.1.2. Legitimidade passiva para a repetitória 263
3.3.1.1.3. Correção monetária 264
3.3.1.1.4. Multa e juros 265
3.3.1.1.5. Prazo 267
3.3.1.1.6. Aspectos processuais da repetição em juízo 271
3.3.2. Compensação 274
3.3.3. Transação 278
3.3.4. Remissão 278
3.3.5. Decadência e Prescrição 280
3.3.5.1. Decadência tributária. Aspectos gerais 281
3.3.5.1.1. Termo inicial 282
3.3.5.1.2. Reabertura do prazo 283
3.3.5.1.3. Momento em que se considera constituído o crédito tributário 284
3.3.5.1.4. Decadência e tributo sujeito a lançamento por homologação. Débito declarado. Depósito judicial 285
3.3.5.1.5. Liminar, lançamento e decadência 287
3.3.5.2. Prescrição tributária. Aspectos gerais 288

W BDJur http://bdjur.stj.gov.br

3.3.5.2.1. Termo inicial.....290
3.3.5.2.2. Interrupção do prazo 291
3.3.5.2.2.1. Despacho judicial que determina a citação do executado 291
3.3.5.2.2.2. Protesto judicial 292
3.3.5.2.2.3. Ato judicial que constitua em mora o devedor 293
3.3.5.2.2.4. Reconhecimento do débito 294
3.3.5.2.3. Suspensão do prazo 294
3.3.5.2.4. Reconhecimento judicial da prescrição em execução fiscal... 295
3.3.5.2.4.1. Prescrição tributária intercorrente 296
3.3.6. Conversão do depósito em renda..... 299
3.3.7. Sentença de procedência em ação de consignação movida pelo sujeito passivo 301
3.3.7.1. Objeto e cabimento da consignatória 301
3.3.7.2. Rito 303
3.3.7.3. Legitimidade e competência 304
3.3.7.4. Consignatória, depósito e execução fiscal...305
3.3.7.5. Efeitos da sentença 306
3.3.8. Pagamento antecipado e homologação..... 306
3.3.9. Decisão administrativa irreformável..... 308
3.3.10. Decisão judicial passada em julgado..... 308
3.3.11. Dação em pagamento em bens imóveis 309
3.4. Exclusão do crédito tributário 309
3.4.1. Isenção..... 310
3.4.2. Anistia 313
3.5. Garantias e privilégios do crédito tributário. Generalidades.....314
3.5.1. Garantia do crédito tributário através de penhora em execução fiscal 314
3.5.1.1. Impenhorabilidade absoluta.....315
3.5.2. Fraude à execução fiscal 318
3.5.3. Indisponibilidade de bens e penhora *on-line* 321
3.5.4. Preferência do crédito tributário 325
3.5.4.1. Crédito tributário e falência.....326

W BDJur http://bdjur.stj.gov.br

3.5.5. Insubmissão da Fazenda Pública a concurso de credores. Inviabilidade de requerimento de falência ou habilitação de crédito tributário em processo falimentar 330
3.5.5.1. Concurso de preferências entre as Fazendas ... 332
3.5.6. Prova de quitação tributária 334
4. Administração Tributária 337
4.1. Fiscalização tributária 337
4.2 Dívida Ativa. Conceito. Inscrição e efeito 340
4.2.1. Requisitos do termo de inscrição. Nulidades. Substituição ou emenda do título no curso do processo de cobrança 342
4.2.2. Cobrança indireta de tributos. Sanções Políticas. Protesto da certidão de dívida ativa. Exigência de certidão negativa de tributos como condição para o levantamento de depósitos de precatórios ... 345
4.2.3. Cessão da atividade de cobrança da dívida ativa a entidades privadas 347
4.2.4. Presunção de liquidez e certeza da dívida ativa 349
4.2.4.1. Fluência de juros, pagamento parcial e presunção de liquidez 349
4.2.4.2. Presunção de certeza, revelia e ônus da prova 350
4.3. Certidão negativa 352
4.3.1. Certidão positiva com efeitos de negativa 353
4.3.2. Dispensa de certidão. Erro e dano ao erário 356

CAPÍTULO 5 – Impostos Municipais 357
1. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana – IPTU 357
1.1. Previsão, competência, regramento e função 357
1.2. Fato gerador e sujeição passiva 357
1.3. Base de cálculo e alíquota 362
1.3.1. Progressividade no tempo, para adequar a propriedade à sua função social 363
1.3.2. Progressividade em razão do valor do imóvel 366
1.3.3. Seletividade 366
1.4. Lançamento 367
1.5. Regime de anterioridade 367

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.6. Imunidades aplicáveis 368
2. Imposto Sobre Transmissão *inter vivos*, a Qualquer Título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI 370
2.1. Previsão e competência 370
2.2. Regras gerais e função 370
2.3. Fato gerador. Núcleo 371
2.3.1. Fato gerador. Consumação 374
2.4. Sujeição passiva 374
2.5. Base de cálculo 375
2.6. Alíquota 376
2.7. Lançamento 376
2.8. Regras de imunidade aplicáveis 377
2.9. Regime de anterioridade 380
3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS 380
3.1. Previsão constitucional 380
3.2. Normas gerais e função 380
3.3. Competência 381
3.4. Fato gerador. Núcleo 382
3.4.1. Julgados relevantes atinentes à incidência do ISS 384
3.5. Fato gerador. Consumação 393
3.6. Sujeição Passiva 394
3.7. Base de Cálculo 394
3.8. Alíquota 395
3.9. Lançamento 396
3.10. Imunidades aplicáveis 396
3.11. Regime de anterioridade 397

CAPÍTULO 6 – Impostos de Competência dos Estados e do Distrito Federal 399
1. Imposto Sobre Transmissão *causa mortis* e por Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITD ou ITCMD 399
1.1. Previsão, regramento e função 399
1.2. Transmissão *causa mortis*. Fato gerador. Núcleo e consumação 400
1.3. Transmissão por doação. Fato gerador. Núcleo e consumação 401
1.4. Competência 404

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.5. Sujeição passiva 404
1.6. Base de cálculo 405
1.7. Alíquota 406
1.8. Lançamento e pagamento 406
1.9. Imunidades aplicáveis 408
1.10. Regime de anterioridade 409
2. Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS 409
2.1. Previsão, regramento, repartição de receita e função 409
2.2. Fato gerador 409
2.2.1. Operações relativas à circulação de mercadorias 409
2.2.2. Importação de bens 415
2.2.3. Serviços de transporte interestadual ou intermunicipal 417
2.2.4. Serviços de comunicação 418
2.3. Momento de ocorrência do fato gerador 419
2.4. Local de ocorrência do fato gerador 421
2.5. Base de cálculo 424
2.6. Não cumulatividade 426
2.7. Alíquotas 432
2.7.1. Alíquotas nas operações internas e importações 433
2.7.2. Alíquotas nas operações e prestações interestaduais 433
2.7.3. Alíquotas nas operações com combustíveis e lubrificantes 434
2.7.4. Seletividade 435
2.7.5. Adicional para custeio de Fundo de Combate à Pobreza 436
2.8. Sujeição ativa 436
2.9. Sujeição passiva 436
2.10. Isenções, incentivos e benefícios fiscais 441
2.11. Imunidades aplicáveis 444
2.12. Regime de anterioridade 448
2.13. Lançamento 449
3. Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA 449
3.1. Previsão, função, regramento geral e repartição de receita 449
3.2. Fato gerador. Núcleo e consumação 450
3.3. Base de cálculo 450
3.4. Alíquota 451

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.5. Sujeito passivo 452
3.6. Lançamento 453
3.7. Regime de anterioridade aplicável 453
3.8. Imunidades aplicáveis 453

CAPÍTULO 7 – Impostos Federais 455
1. Imposto Sobre Importação de Produtos Estrangeiros – II 455
1.1. Previsão, regramento e função 455
1.2. Núcleo do fato gerador 455
1.3. Momento de ocorrência do fato gerador 456
1.4. Base de cálculo e alíquota 458
1.4.1. Alteração de alíquotas por ato do Executivo 460
1.5. Sujeição passiva 462
1.6. Isenções, reduções e regimes aduaneiros especiais 463
1.6.1. *Drawback* (DL nº 37, art. 78) 464
1.6.2. Admissão Temporária (DL nº 37, art. 75) 464
1.6.3. Entreposto Aduaneiro (DL nº 1.455/76, arts. 9º e seguintes) 465
1.6.4. Trânsito Aduaneiro (DL nº 37, art. 73) 466
1.6.5. Loja Franca (DL nº 1.455/1976, art. 15) 466
1.7. Lançamento 467
1.8. Regime de anterioridade 467
1.9. Imunidades aplicáveis 467
2. Imposto Sobre Exportação, Para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados – IE 468
2.1. Previsão, regramento e função 468
2.2. Núcleo do fato gerador 468
2.3. Momento de ocorrência do fato gerador 469
2.4. Alíquotas e bases de cálculo 470
2.5. Sujeição passiva 472
2.6. Lançamento 473
2.7. Regime de anterioridade 473
2.8. Imunidades aplicáveis 473
3. Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR 473
3.1. Previsão, regramento, repartição de receita e função 473
3.2. Núcleo do fato gerador 474
3.3. Momento de ocorrência do fato gerador 483
3.4. Isenções 486
3.4.1. Moléstia grave 487

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.4.2. Bolsa de estudo 488
3.4.3. Indenização a anistiados 489
3.5. Critérios constitucionais do imposto 489
3.6. Base de cálculo 490
3.7. Alíquotas 494
3.8. Sujeição ativa 495
3.9. Sujeição passiva 496
3.10. Lançamento 497
3.11. Imunidades aplicáveis 498
3.12. Regime de Anterioridade 499
4. Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI 500
4.1. Previsão, regramento, repartição de receita e função 500
4.2. Núcleo do fato gerador e momento de sua ocorrência 501
4.3. Imunidades aplicáveis 506
4.4. Base de cálculo 507
4.4.1. Selo especial 509
4.5. Alíquotas 510
4.6. Não cumulatividade 512
4.7. Sujeição Passiva 518
4.8. Isenções 519
4.9. Legitimidade para repetir o indébito 520
4.10. Lançamento 521
4.11. Regime de anterioridade 521
5. Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF 521
5.1. Previsão, regramento e função 521
5.2. Fato gerador. Núcleo e momento de ocorrência 522
5.2.1. Operações de crédito 522
5.2.2. Operações de câmbio 526
5.2.3. Operações de seguro 526
5.2.4. Operações relativas a títulos ou valores mobiliários 528
5.2.5. Ouro 529
5.3. Bases de cálculo e alíquotas 530
5.3.1. Operações de crédito 531
5.3.2. Operações de câmbio 533
5.3.3. Operações de seguro 533
5.3.4. Operações relativas a títulos ou valores mobiliários 534
5.3.5. Ouro 534
5.4. Sujeição ativa e passiva 535

W BDJur http://bdjur.stj.gov.br

5.4.1. Operações de crédito 535
5.4.2. Operações de câmbio 535
5.4.3. Operações de seguro 536
5.4.4. Operações relativas a títulos ou valores mobiliários 536
5.4.5. Ouro 537
5.5. Lançamento, cobrança e pagamento 537
5.6. Imunidades aplicáveis 538
5.7. Regime de anterioridade 539
5.8. Repetição do indébito 539
6. Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR 539
6.1. Previsão, regramento, repartição de receita e função 539
6.2. Núcleo do fato gerador e momento de ocorrência 540
6.3. Base de cálculo 545
6.4. Alíquotas 547
6.5. Sujeição Passiva 548
6.5.1. Legitimidade para repetir indébito 549
6.5.2. Domicílio Tributário 549
6.6. Sujeição ativa 549
6.6.1. Delegação de capacidade tributária ativa a Município 549
6.7. Imunidades aplicáveis 551
6.8. Lançamento 554
6.9. Regime de anterioridade 554
6.10. Isenções 554

ANEXOS 555
Decadência tributária – créditos de contribuições sociais 557
Débitos declarados em DCTF – alegação de erro material no preenchimento – ampla defesa – taxa Selic 560
DCTF – atraso – multa – legalidade 563
Contribuição especial (CPMF) – empresa estrangeira – tratado – isenção 566
Contribuições para o SESC, SENAC e SEBRAE – empresa que não atua exclusivamente no comércio 568
Contribuição previdenciária – responsabilidade do tomador de serviços – Necessidade de se verificar previamente a inadimplência do contribuinte, prestador dos serviços 570
Contribuição para o SAT – Alíquota – Grau de risco da atividade por estabelecimento 573

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Contribuição previdenciária – enquadramento, pela fiscalização, de trabalhadores contratados como segurados autônomos na condição de empregados 574
Contribuição previdenciária – pretensão de não incidência sobre verbas pagas a empregados a título de "auxílio-excepcional". 576
Contribuição previdenciária – 13º Salário – incidência em separado do salário de dezembro 578
Contribuições para o incra e funrural – Exigibilidade de empresas urbanas – CIDE – Peculiaridades 579
Consignação em pagamento – Pretensão de depósito de títulos da Eletrobrás 582
COFINS – Isenção prevista em lei complementar – Revogação por lei ordinária – Limites da reserva constitucional – Princípio da anterioridade 583
Crédito tributário – pagamento por cheques – depósito em conta de terceiro através de fraude praticada por agentes bancários 585
Empréstimo compulsório – Eletrobrás – correção monetária – prescrição 587
Declaratória e repetição de indébito – Taxas de iluminação e limpeza públicasDeclaratória e repetição de indébito – Taxas de iluminação e limpeza públicas 591
Compensação tributária – títulos da dívida pública emitidos no início do Século XX 592
Compensação tributária – FINSOCIAL – prazo – "cinco mais cinco" 594
Município – pretensão de participação na arrecadação da CSSL, sob o argumento de que, com a desvinculação de sua receita, tornou-se adicional ao imposto de renda 596
Imposto de Importação – pretensão de desembaraço aduaneiro – legitimidade do importador ou que a ele a lei equiparar 598
IPI – creditamento – aquisição de insumos com isenção, alíquota zero ou não incidência – inviabilidade 599
IPI – direito a creditamento – materiais consumidos no processo produtivo 600
IR – servidor público – pagamento de "atrasados" – incidência 602

W BDJur http://bdjur.stj.gov.br

IR – resgate de contribuições vertidas a planos de previdência privada no período anterior à vigência da Lei nº 9.250/95 – *bis in idem* 603
IR – imposto retido na fonte – equívoco no preenchimento da declaração – glosa feita pela Receita Federal – retificação da declaração – crédito anulado 605
IR – Lucro imobiliário – aplicação do ganho na compra de outro imóvel – isenção – alienação fiduciária em garantia e promessa de compra e venda 606
Multa tributária – incidência de juros – inviabilidade 610
Parcelamento – pretensão de adesão ao PAES – empresa inadimplente em relação às prestações do REFIS – inviabilidade 612
Prescrição tributária – débitos declarados e não pagos 613
Prescrição tributária – impugnação ao lançamento ofertada intempestivamente – inexistência de efeito suspensivo da prescrição 615
Processo administrativo fiscal – notificação dos interessados por edital – medida excepcional – Decreto nº 70.232/72 – lançamento – anulação por vício formal – reinício do prazo decadencial para constituição do crédito tributário 616
Compensação tributária – pretensão de incidência da taxa Selic sobre créditos decorrentes de recolhimentos anteriores a 1996 – inviabilidade 618

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 619

ÍNDICE REMISSIVO 629

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br